

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**5º CONCURSO PARA O CARGO DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO**  
**1995**

*PROVA PRELIMINAR*

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1º QUESTÃO:** (40 PONTOS)

Pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça foi submetida, ao Órgão Especial, uma declaração de inconstitucionalidade. O pronunciamento que vier a ser proferido pelo Órgão Especial ficará coberto pela autoridade da coisa julgada? E que recurso(s) poderá(ao) ser eventualmente interposto(s) contra tal pronunciamento?

**2º QUESTÃO:** (30 PONTOS)

Quais as diferenças entre questão preliminar e questão prejudicial? Dê um exemplo de cada.

**3º QUESTÃO:** (30 PONTOS)

Se a ação de nulidade do ato administrativo foi fundada em incompetência da autoridade e desvio de poder, e a sentença acolheu o primeiro fundamento, rejeitando o segundo, pode o autor apelar?

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1º QUESTÃO:** (50 PONTOS)

Poder Regulamentar: natureza, características e limites. Disserte.

2º QUESTÃO: (50 PONTOS)

Considere a hipótese da edição, por prefeito de município do Estado do Rio de Janeiro, de Decreto Regulamentar que contrarie a Lei objeto da regulamentação. A Associação dos Servidores Públicos Municipais ajuíza ação direta perante o Supremo Tribunal Federal, visando obter a declaração de inconstitucionalidade do ato da Chefia do Poder Executivo.

Queira analisar a viabilidade da medida judicial.

**DIREITO CIVIL E COMERCIAL**

1º QUESTÃO: (40 PONTOS)

Com base em decisão da maioria da assembléia de condôminos, Amaro utiliza-se de parte da garagem comum do edifício onde reside e é legítimo proprietário de um dos apartamentos. No espaço que lhe foi atribuído pela assembléia, fundou e desenvolve uma academia de ginástica. 10 anos depois, o síndico notifica Amaro para que desocupe o espaço da garagem em 30 dias. Amaro não atende à notificação. Passam-se outros 15 anos, a partir da notificação, e Amaro ingressa com ação de usucapião contra os demais condôminos. Consultado pelo síndico, que pretende agora retomar o espaço da garagem, esclareça a quem assiste razão, informando, justificadamente, quais os eventuais direitos de Amaro e do Condomínio.

2º QUESTÃO: (30 PONTOS)

Tício alugou de Caio um móvel estilo colonial, com a obrigação de restituí-lo ao locador em 4 de janeiro de 1994. Adveio o termo resolutivo da locação e o locatário não cumpriu o seu dever de restituir sendo que, no dia 7 de janeiro de 1994, irrompeu um incêndio na casa de Tício, danificando inteiramente o móvel. Caio promoveu uma ação de indenização contra Tício, visando a recuperar-se do valor do bem que dera em locação. Como se resolve o litígio?

Fundamentar a resposta.

3º QUESTÃO:

a) Há diferença entre cessão de crédito e cessão de contrato?

Resposta fundamentada. (15 pontos)

b) Há diferença entre cessão de crédito e endosso? Resposta

fundamentada. (15 pontos)

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

1º QUESTÃO: (60 PONTOS)

Termos usualmente empregados na linguagem jurídica, e nem sempre com a adequação conveniente, apresente considerações e estabeleça distinções entre imunidade, isenção e não-incidência tributárias.

2º QUESTÃO: (40 PONTOS)

Para custear o serviço de controle dos matadouros, uma lei municipal criou um preço público equivalente a 0,5% do faturamento mensal de cada estabelecimento.

Dê sua opinião sobre a constitucionalidade desse dispositivo legal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

1º QUESTÃO: (60 PONTOS)

Empresa contratada pelo Município do Rio de Janeiro, mediante licitação regular para a realização de obra pública (construção de galerias para escoamento de águas pluviais) danifica, na execução do contrato, cabos

telefônicos subterrâneos, de propriedade da Companhia de Telecomunicações local.

A Companhia lesada, em tentativa de composição amigável, cobra do Município a reparação do dano, alegando responsabilidade objetiva.

A Chefia do Poder Executivo do Município solicita orientação da sua Procuradoria Geral, indagando:

- a) O objeto do contrato administrativo (construção de galerias para escoamento de águas pluviais) caracteriza a prestação de serviço público por pessoa jurídica de direito privado?
- b) O Município responde civilmente (responsabilidade objetiva) pelos danos que a empresa contratada causou à Companhia de Telecomunicações?
- c) Pode o Município instaurar inquérito administrativo disciplinar para apurar a ocorrência de dolo ou culpa do empregado da empresa que provocou o dano?
- d) O Município pode aplicar penalidades à Empresa contratada, tendo por fundamento a lesão provocada à Companhia de Telecomunicações? Se pode, qual ou quais são essas penalidades?

Formule a orientação solicitada, respondendo objetivamente às questões, com a fundamentação legal cabível.

## 2º QUESTÃO: (40 PONTOS)

José Silva é ocupante de cargo em comissão na Secretaria de Obras do Município do Rio de Janeiro. Tendo sido eleito vereador no mesmo Município (suplente), foi chamado agora para tomar posse. Comprovando que os horários são compatíveis, deseja permanecer no cargo comissionado e no exercício do mandato eletivo. Diante da alegação de impedimento, face ao disposto no art. 48, II, b, da Lei Orgânica, invocou, a seu favor, o disposto no

art. 38, III, da Constituição Federal, sustentando tratar-se de situação excepcional, tutelada pela Constituição. Invocou, ainda, o parágrafo único do art. 175 e do art. 210, ambos da Lei Orgânica, para comprovar que, como ocupante de cargo em comissão, era funcionário (servidor) público e que o afastamento somente poderia ser exigido em caso de mandato eletivo federal, estadual ou de Prefeito. Emita opinião a respeito.